

REPRESENTAÇÃO SOCIAL E A RELAÇÃO INDIVÍDUO-SOCIEDADE

MARIA DE FÁTIMA DE SOUZA SANTOS⁽¹⁾

Universidade Federal de Pernambuco

INTRODUÇÃO

Em seu artigo *The coming era of social representation* Moscovici (1982) distingue três fases sucessivas na história da Psicologia Social, onde cada uma delas busca resolver questões levantadas pela fase anterior.

Em sua primeira fase, a Psicologia Social tinha como objeto central de estudo as atitudes (e a influência social). "O homem era geralmente percebido como um animal racional", afirma Moscovici (1982, p. 119). Buscava-se então compreender a formação e mudança das atitudes numa abordagem intra-psíquica. A teoria da dissonância cognitiva de Festinger (1975) é um bom exemplo dessa abordagem que se propõe a explicar como, diante de um conflito entre cognições, o sujeito tende a reduzir a dissonância reajustando suas atitudes. No entanto, afirma Moscovici (1982, p. 119), que "a teoria da dissonância cognitiva revelou ser o homem um ser racionalizante mais que uma criatura racional". Ele deveria mudar suas atitudes e cognições para ajustá-las ao seu comportamento e motivos subjetivos.

Por outro lado, a dissonância pode ser provocada não apenas por conflitos intra-psíquicos, mas também por conflitos interpessoais. Tais problemas não poderiam ser completamente elucidados através das explicações anteriores. A fonte de tensão entre opiniões e ações passa agora a ser as relações entre o sujeito e o outro. Entra-se, pois, na segunda fase da Psicologia Social onde o estudo da percepção social torna-se o foco das atenções dos pesquisadores.

O tema da atribuição de causalidade predominou nessa segunda fase. Buscava-se compreender como o sujeito ordenava e explicava o comportamento do outro; a partir de que elementos o sujeito atribuía causas ao comportamento do outro. O homem é aqui percebido, segundo Moscovici (1982), como uma máquina de processamento de informações que apresenta alguns problemas. Ele deixa de ser o animal racional para ser uma máquina pensante, para usar a expressão do próprio Moscovici. Isso implica que o conhecimento vem de fora e chega até o

⁽¹⁾ Departamento de Psicologia

sujeito por processamento de informação. A máquina, porém, como foi dito acima, apresenta alguns problemas, cometendo o que se convencionou chamar de "erro fundamental". Tais erros seriam, na verdade, erros de atribuição cometidos por sujeitos capazes de construir um corpo de conhecimento objetivo.

O homem é visto nessa abordagem como um "cientista imperfeito", segundo Moscovici (1982), que constrói teorias ingênuas sobre o outro (é o caso das teorias implícitas da personalidade) e apreende da realidade apenas os elementos que confirmam sua teoria ao invés de construir teorias falsificáveis, isto é, teorias que possam ser refutadas pela experiência - como são as teorias científicas.

Esse nível de análise tem como limite o fato de não conseguir explicar a frequência e sistematicidade dos erros de atribuição cometidos pelos sujeitos.

É nesse contexto, e buscando resolver tais questões, que em 1961 surge o trabalho de Serge Moscovici intitulado *La psychanalyse, son image et son public*, onde propõe o estudo das representações sociais.

Nessa perspectiva, o "erro fundamental" não seria mais devido a características individuais do "cientista ingênuo", mas sim uma consequência das nossas representações sobre os seres humanos e os grupos sociais. Segundo Moscovici (1982, p. 134), "as representações elas próprias podem estar erradas, não duvido, mas não é uma questão de lógica ou uma questão psicológica, mas uma questão da história e da interpretação da nossa cultura".

Ao procurar entender como é assimilada a psicanálise pelo leigo, enquanto discurso científico, Moscovici (1976) não tinha como objetivo discutir a teoria psicanalítica, mas tentar compreender como o saber científico enraizava-se na consciência dos indivíduos e dos grupos. Ao estudar como o leigo se apropria de um saber científico, ajustando-o à psicanálise, Moscovici estudava cientificamente o "senso comum". Esse estudo implicava, pois, a análise das formas culturais de expressão dos grupos, a organização e transformação dessa expressão além da análise de sua função mediadora entre o indivíduo e a sociedade.

A proposta básica do estudo da representação social é a busca de compreensão do processo de construção social da realidade, para retomar a expressão de Berger e Luckmann (1973).

Moscovici (1976) retoma o conceito de "representação coletiva" de Durkheim, afirmando porém que este último englobava como "representação coletiva" uma enorme classe de conhecimentos e crenças que incluíam a ciência, a religião, os mitos e as categorias de tempo e espaço que, devido à sua heterogeneidade e à impossibilidade de defini-las através de poucas características gerais, dificultavam a delimitação do conceito.

Já vimos que, inicialmente, Moscovici (1976) definiu a representação social como "teorias", "ciências coletivas", *sui generis*, destinadas à interpretação e construção do real (p. 48). (...) Elas determinam o campo de comunicações possíveis,

valores ou idéias apresentadas nas visões compartilhadas pelos grupos e regulam, por consequência, as condutas desejáveis ou admitidas" (p. 49). Seria então necessário compreender as dimensões latentes sobre as quais se constroem esse universo.

O estudo de Moscovici (1976) teve o grande mérito de propor uma noção *carrefour*, como dizem Doise e Pamonari (1986), que permite considerar o sujeito não como um aparelho intra-psíquico, mas como produtor e produto de uma determinada sociedade. Assim, ele abriu a perspectiva de interconectar conceitos da Sociologia e da Psicologia considerando que a realidade social é construída em três momentos que foram sintetizados por Berger e Luckmann (1973, p. 87) na expressão: "A sociedade é um produto social". A sociedade como produto humano é, na verdade, uma reconstrução, uma reelaboração humana.

Sendo a representação social uma construção do sujeito sobre o objeto e não a sua reprodução, essa reconstrução se dá a partir de informações que ele recebe de e sobre o objeto. "Essas informações seriam filtradas e arquivadas na memória de forma esquemática e coerente, constituindo uma 'matriz' cognitiva do objeto que permite ao sujeito compreendê-lo e agir sobre ele" (Silva, 1978, p. 20). Seria o que Jodelet (1984) considera o "crivo de leitura" da realidade.

Sendo a representação social compreendida enquanto conteúdo e processo, seu estudo remete necessariamente aos processos perspectivados e imaginários do sujeito, às forças sociais e conteúdos culturais subjacentes às relações numa sociedade determinada, bem como à sua função mediadora entre indivíduo e sociedade.

CONTEÚDO

Ao analisar as dimensões latentes sobre as quais se constrói a representação social, Moscovici (1976) propõe três dimensões que dizem respeito à formação do conteúdo da representação e que remetem ao quadro social em que se insere o indivíduo:

a) **Atitude** - expressa uma resposta organizada (complexa) e latente (encoberta). "Uma orientação geral face ao objeto de representação. Ela se apresenta como uma pré-conceitualização que é produto de relações, remanejamentos e organizações da experiência do sujeito com o objeto" (Silva, 1978, p. 21). A atitude é ligada à história do indivíduo ou do grupo.

b) **Informação** - remete à quantidade e qualidade do conhecimento possuído a respeito do objeto social. Pode-se, assim, distinguir níveis de conhecimento do objeto.

Esses dois elementos do conteúdo se estruturam no:

c) **Campo da representação** - "seria uma unidade hierarquizada dos elementos que denota a organização desse conteúdo (preponderância, oposição etc., de um elemento sobre o outro) e o caráter vasto desse conteúdo, suas propriedades qualitativas e imageantes" (Silva, 1978, p. 22).

A análise dessas dimensões permite, segundo Moscovici (1976), descrever as linhas sociais de separação dos grupos, comparando o conteúdo das representações.

PROCESSO DE FORMAÇÃO

No que se refere à elaboração das representações sociais, Moscovici (1976) propõe dois processos como sendo fundamentais:

1) **Objetivação** - caracteriza-se pelo fato de que as idéias construídas em contextos específicos são percebidas como algo palpável, concreto e exterior ao sujeito. Essas realidades podem ser, em seguida, atribuídas aos outros ou a si mesmo. Ela torna concreto o que é abstrato. Transforma um conceito em uma imagem ou em núcleo figurativo. Por exemplo, o complexo da teoria psicanalítica não é mais uma hipótese teórica mas um atributo real do outro (Tap, 1985).

A objetivação implica dois movimentos:

- a **Naturalização do Objeto**: é a construção de um modelo figurativo, um núcleo imaginante - a transformação do conceito em categorias de linguagem e entedimento.

- a **Categorização**: a partir da qual a representação social torna-se um instrumento de ordenamento e de classificação do real. Esses dois movimentos implicam a Seleção das Informações e a Descontextualização dos elementos retidos (Tap, 1986)

2) **Ancoragem**: caracteriza-se pela inserção do objeto numa hierarquia de valores, estabelecendo uma rede de significações em torno do mesmo. Pela naturalização e ancoragem, a representação social adquire seu caráter figurativo e significativo.

DETERMINANTES DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A representação social é uma modalidade de conhecimento e uma interpretação do real, determinada pela estrutura da sociedade onde ela se desenvolve.

No entanto, essa influência não é linear, isto é, não se pode compreender a representação social como sendo resultado único de processos sócio-econômicos. Se, por um lado, as normas e valores sociais são fundamentais na gênese dos sistemas de orientação do sujeito, por outro lado eles se combinam com as atitudes e motivações construídas ao longo das experiências pessoais através de uma histó-

ria. Essa combinação implica um duplo movimento de objetivação e subjetivação do objeto.

Três processos intervêm nessa relação realidade social-representação social-atividade do sujeito:

a) a **Pressão à Inferência** - Considerando que o sujeito busca constantemente o consenso com o seu grupo e que a ação o obriga a estimar, comunicar e responder às exigências da situação a cada momento, essas múltiplas pressões tendem a influenciar a natureza dos julgamentos, preparando respostas pré-fabricadas e forçando um consenso de opinião para garantir a comunicação e assegurar a validade da representação.

b) a **Focalização** - "Refere-se à densidade de interesses dos sujeitos em relação ao objeto" (Silva, 1978, p. 27). O sujeito tende a dar uma atenção variável aos aspectos do ambiente social. A intensidade de suas atitudes e o modo pelo qual ele relaciona os dados da realidade dependem de seus hábitos lógicos e linguísticos, de tradições históricas e da estratificação de valores.

c) **Defasagem e Dispersão de Informação** - "esse fator refere-se às condições de acesso e exposição às informações sobre o objeto (inclusive do próprio objeto)" (Silva, 1978, p. 27). Essa diversidade de informação refere-se não só às informações disponíveis mas também às condições objetivas de acesso a elas como, por exemplo, obstáculos de transmissão, falta de tempo, barreiras educativas e até mesmo os efeitos de especialização.

Além disso, para se constituir como organização cognitiva a representação social se apóia em dois princípios:

1) **Analogia** - é um princípio de mediação entre dois ou mais universos tornados permeáveis por uma transferência, ou generalização de uma resposta ou de um conceito já conhecido para uma resposta ou conceito novo.

A analogia permite a construção do objeto representado a partir de uma informação sumária sobre o objeto, relacionando seus atributos com atributos semelhantes pertencentes a outros objetos significativos. A analogia permite uma economia de informação justificada pelas exigências da comunicação.

2) **Compensação** - é um princípio que regula a frequência de raciocínio, sua coerência interna. São, segundo Moscovici (1976), operações que fazemos maximizando as semelhanças ou diferenças a fim de introduzir o objeto em uma classe. É uma tendência à estabilidade, à coerência, à não-contradição das proposições destinadas a exprimir o conteúdo das representações.

Silva (1978) destaca que, a partir das características descritas, a representação social seria:

a) uma recriação do objeto determinada simultaneamente pela estrutura psicológica e pela estrutura social

b) um processo de mediação entre o conceito e o objeto, em que o processo individual e as características do objeto se relacionam e se engendram mutuamente

c) um princípio de ordenamento dos objetos em um sistema coerente, o que lhe confere uma significação individual e social

Jodelet propõe a seguinte definição da representação social:

O conceito de representação social designa uma forma de conhecimento específico, o saber do senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais socialmente marcados. Mais abrangentemente, ela designa uma forma de pensamento social.

As representações sociais são modalidades de pensamento prático orientado para a comunicação, a compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. Enquanto tal, elas apresentam características específicas no plano da organização dos conteúdos, das operações mentais e da lógica. A marca social dos conteúdos ou dos processos da representação remete às condições e ao contexto das quais emergem as representações, às comunicações pelas quais elas circulam, às funções que elas têm na interação com o mundo e com os outros (Jodelet, 1984, pp. 361-362).

Esta definição possui, no entanto, uma tal abrangência que dificulta a operacionalização do conceito nos trabalhos de pesquisa. O próprio Moscovici (1976) reconhece que o conceito não é facilmente apreendido embora o "seja a realidade das representações sociais".

A sua situação de conceito *carrefour* faz com que ela designe um grande número de fenômenos e processos, como o salientam Doise e Palmonari (1986). E, continuam os autores, "a pluralidade de abordagens e de significações que ela veicula fazem dela um instrumento de trabalho difícil de manipular" (Doise e Palmonari, 1986, p. 83). Paradoxalmente, é nisso que consiste a sua riqueza. Ela busca articular diferentes sistemas explicativos, referindo-se aos processos individuais, inter-individuais, intergrupais e ideológicos.

Qual seria, pois, a diferença entre representação social e ideologia?

REPRESENTAÇÃO SOCIAL E IDEOLOGIA

A representação social é, segundo Jodelet (1991, p. 15) "uma forma de conhecimento que embora distinta do saber sábio ou 'sério' (Foucault, 1969), deve ser estudada como tal em seus estudos e processos (Jodelet, 1988) e enquanto um

saber prático do senso comum, socialmente compartilhado e tido por evidência consensual no cotidiano (Berger e Luckmann, 1966)".

Ainda segundo a autora, dessa definição decorre que o estudo da representação social deve levar em conta:

- "o sujeito do conhecimento - indivíduo ou grupo - e sua experiência.
- as condições sociais de sua produção e de sua circulação em referência a uma prática já que este conhecimento se oferece como versão do mundo que gere a vida cotidiana material, social etc". (Jodelet, 1991, p. 15)

Jodelet (1991) afirma que na medida em que o conceito de ideologia não conseguiu explicar o papel do conceitual nas relações sociais e nas relações de poder, a noção de representação social constitui um novo olhar sobre o social e o pensamento, tendo como perspectiva a questão da mudança.

Na medida em que fatos sociais são objeto do conhecimento, as representações são a parte conceitual do real. Paradoxalmente, as representações são constitutivas do social na medida em que os sujeitos só se situam com relação aos outros no momento em que os fatos sociais são apropriados pela consciência, isto é, representados pelos sujeitos.

Lipiansky (1991), no entanto, ao discutir as diferenças entre os conceitos de representação social e ideologia salienta a dificuldade de precisar esses limites, uma vez que, quanto à sua utilização, eles aparecem de forma desigual em Psicologia Social.

Além disso, há desigualdade da elaboração dessas noções nos trabalhos de pesquisa na área de Psicologia Social. Enquanto a representação social vem se constituindo como um conceito fértil e articulado em Psicologia Social, o conceito de ideologia é utilizado raramente, de forma limitada e imprecisa.

Vale salientar que a articulação entre os dois conceitos é, segundo Lipiansky (1991), insuficiente, pois raramente os pesquisadores fazem uma confrontação explícita e/ou uma articulação entre eles.

Para este autor, é necessário fazer algumas distinções entre representação social e ideologia, partindo do pressuposto de que eles não são sinônimos.

A primeira distinção proposta por Lipiansky (1991) é uma distinção de nível. Ele ressalta que o conceito de ideologia aparece nas pesquisas como um sistema de representações. Nesse sentido, ela seria o contexto no qual se inscreveriam as representações isoladas. Tudo se passa como se a ideologia fosse de um nível que englobaria as representações.

A segunda distinção proposta diz respeito à extensão e domínio dos dois conceitos. "O termo ideologia refere-se geralmente a sistemas de representações compartilhadas por todo um grupo social, tendo um caráter dominante sobre o campo das representações desse grupo" (Lipiansky, 1991, p. 50).

A terceira distinção remete às **funções específicas da ideologia**. Esta aparece nas pesquisas em Psicologia Social com as funções de racionalização das condutas, função de defesa, função de articulação do individual e do grupal, do psicológico e do social.

Para Lipiansky (1991) é necessário confrontar os dois conceitos para que se possam construir as articulações e suas possíveis operacionalizações no campo da Psicologia Social. Partindo da definição de ideologia como um sistema de representações, pode-se apenas deduzir que a ideologia seria o fio de articulação das diferentes representações. Isso nos daria a idéia da estrutura da ideologia mas não de sua função e processo.

No que se refere à função da ideologia, o pensamento marxista remete às relações de classe. "Ela traduz as posições e interesses de um grupo particular, naturalizando essas posições e interesse, apresentando-os como universais e comuns no conjunto da humanidade e tendendo a legitimar a ordem estabelecida" (Lipiansky, 1991, p. 56).

Aqui, ideologia aparece como a expressão do pensamento de um grupo sem que haja reciprocidade. "A representação das relações deste grupo às suas práticas e relações sociais, torna-se, para ele, a descrição e explicação da realidade" (Lipiansky, 1991, p. 57).

No entanto, essa explicação não nos informa como os indivíduos se apropriam da ideologia e a reproduzem e quais os processos cognitivos envolvidos nessa apropriação e reprodução.

É importante lembrar o que diz Malrieu (1979): o sujeito não faz apenas submeter-se à ideologia do Estado, ele a compartilha com seus semelhantes e, apropriando-se dos seus significados, ele dá um sentido à sua existência.

Para que isso seja possível, para que a ideologia seja apropriada e reproduzida, é necessário que haja um "terreno" propício a se apropriar e a reproduzir essa visão. Lipiansky (1991, pp. 57-58) salienta que:

"não se pode colocar ideologia de um lado, e o consumo passivo da ideologia do outro. Ela não se impõe de fora à consciência individual ou coletiva. Ela responde de dentro às necessidades cognitivas e psíquicas do sujeito que lhe dá sua adesão porque ele encontra nela um modelo de ligação e de articulação de representação, de ações e de crenças pelas quais pode se exprimir ao mesmo tempo sua relação com o ambiente (a partir do lugar e da posição que ele ocupa no campo social) e os mecanismos psicológicos que lhe permitem afirmar e defender sua identidade, o equilíbrio e a consistência do seu campo cognitivo".

Ideologia e representação são conceitos distintos que se referem a fenômenos próximos.

Eles têm em comum uma tripla função:

- a) Cognitiva - construção da realidade social
- b) Axiológica - orientação nesta realidade a partir dos valores que elas implicam
- c) Conativa - influência que exercem sobre a conduta

Nesse sentido, ideologia e representação social são formas de discursos estruturados que têm como função cognitiva estruturante a construção social da realidade.

Elas contribuem no nível simbólico "à fundação de uma ordem social, à integração dos indivíduos a essa ordem e à instauração de uma coesão e de um consenso grupal" (Lipiansky, 1991, p. 60).

Segundo este autor, instituindo laços e relações lógicas entre as representações sociais, a ideologia as organiza e as estrutura. Elas têm, pois, uma função reguladora sobre o discurso, as representações e as condutas. A ideologia e a representação social se caracterizam por funções e processos psicossociais que se referem a diferentes níveis da realidade articulados uns aos outros.

A ideologia assegura uma articulação nos níveis cognitivo, social e psíquico e uma correspondência entre o psicológico e o social. Ela oferece uma via de passagem para que os mecanismos psíquicos se transformem em mecanismos sociais, permitindo ainda que os processos sociais sejam transformados em processos psíquicos. A identidade pessoal é um exemplo dessa articulação. Ao indicar ao sujeito seu lugar no mundo social, ela lhe oferece modelos de identificação. Favorece, então, uma base social para a estruturação da identidade pessoal.

A participação na dinâmica social inicia-se com a interiorização de uma realidade já construída. Ao assimilar essa realidade o indivíduo assume o mundo social e torna-se membro da sociedade; em outras palavras, ao nascer, depara-se com um universo simbólico cujas regras, valores, padrões comportamentais e representações serão por ele compartilhados. Ressalte-se a originalidade de cada indivíduo nesse trajeto ao assumir o mundo dos outros (apropriar-se desse mundo), o que implica um processamento simultâneo de assimilação e transformação dos conteúdos transmitidos. Só a partir do momento em que ele se apropria das formas de pensamento e dos modelos de conduta de sua cultura é que tais representações vão se consolidando subjetivamente, podendo, assim, intervir na sua interpretação do mundo e de si mesmo, isto é, na construção de sua identidade pessoal. Nessa perspectiva, desenvolve-se, no Laboratório de Interação Social Humana (LabInt) do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, uma linha de pesquisa que investiga a relação entre representações sociais e identidade individual.

Referências Bibliográficas

- Aebischer, Verena et al. (1991) *Idéologie et Représentations Sociales*. Cousset, Del Val.
- Berger, P. e Luckmann, T. (1973) *A Construção Social da Realidade*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Doise, W. e Palmonari, A. (1986) *L'Étude des Représentations Sociales*. Lausanne: Delachaux e Niestlé.
- Festinger, L. (1975) *Teoria da Disonância Cognitiva*. Rio de Janeiro: Zahar Ed.
- Foucault, M. (1969) *L'Archéologie du savoir*. Paris: Gallimard
- Japiassu, H. (1991) *Introdução ao Pensamento Epistemológico*. Rio de Janeiro: Ed. Francisco Alves.
- Jodelet, Denise. (1984) Réflexion sur le traitement de la notion de représentation sociale em psychologie sociale. *Les Représentations*. Paris VI, (2-3), 15-41.
- Jodelet, Denise. (1984) Représentation sociale: phénomènes, concepts et théories. In. S. Moscovici (org.) *Psychologie Sociale*. Paris: PUF, 357-378.
- Jondelet, Denise. (1991) L'idéologie dans l'étude des représentations sociales. In Verena Aebischer et al. (Org) *Idéologie et Représentations Sociales*. Cousset, Del Val.
- Lipiansky, M. (1991) Représentations sociales et idéologies. Analyses conceptuelles. In, V. Aebischer, et al. (Org.), *Idéologie et Représentations Sociales*. Cousset, Del Val.
- Malrieu, P. (1979) La genèse de l'identité. *Enfance*, 1979.
- Moscovici, S. (1982) The coming era of social psychology. In J.P. Codol e J.P. Leyens. *Cognitive Approaches to Social Behavior*. The Hague, Nijhoff.
- Tap, P. (1985) *Masculin et Féminin chez l'Enfant*. Toulouse: Privat.